



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

SINOPSE ESTATÍSTICA
do
MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Aspectos Históricos e Geográficos.
Alguns Resultados Estatísticos — 1945.
Principais Resultados Censitários — 1-IX-1940



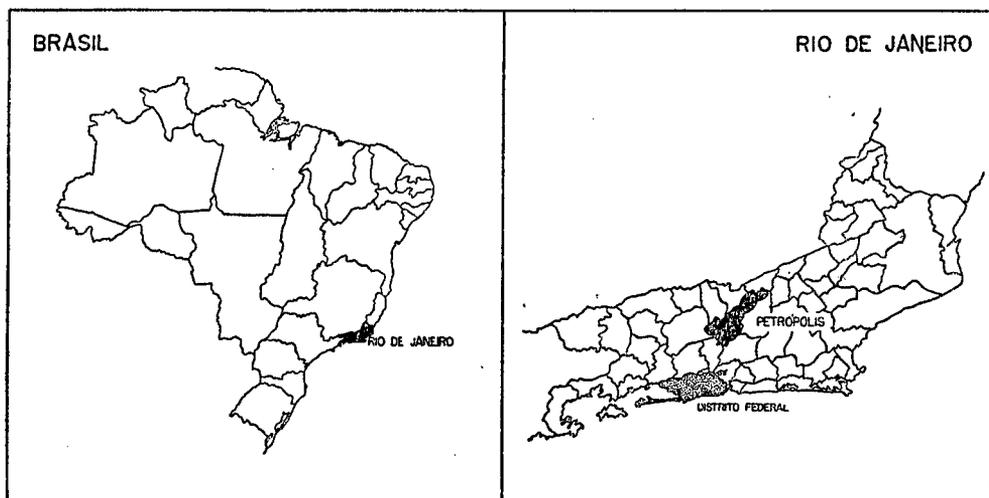
RIO DE JANEIRO
SERVIÇO GRÁFICO DO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

1 9 4 8

MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ÁREA, POPULAÇÃO e POSIÇÃO



ÁREA

(calculada para 31-XII-1945)

do Município 1 065 km²
do Estado 41 666 km²
% sôbre o total do Estado: 2,56

POPULAÇÃO

(estimada para 31-XII-1945)

do Município 96 046 hab.
do Estado 2 069 452 hab.
% sôbre o total do Estado: 4,64

POSIÇÃO DA SEDE DO MUNICÍPIO

Latitude: S. 22°32'00" Longitude: W. Gr. 43°11'04"

Distância em linha reta da Capital do Estado: 43 km

Rumo em relação à Capital do Estado: NNO



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	VII
--------------------	-----

I PARTE

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

Evolução Social	3
Evolução Política	6
Distritos Componentes	7
Descrição do Território	7

II PARTE

ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

Produção	11
Transportes	11
Agências do Departamento dos Correios e Telégrafos	12
Melhoramentos Urbanos das Sedes Municipais	12
Assistência Médico-Sanitária	12
Ensino Primário Fundamental Comum	12
Bibliotecas, Periódicos e Diversões	12
Representações dos Estabelecimentos de Crédito	13
Finanças Municipais	13

III PARTE

PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — I-IX-1940

Censo Demográfico	17
Censo Agrícola	19



APRESENTAÇÃO

É com justa satisfação que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística apresenta ao público as Sinopses Estatísticas dos Municípios Brasileiros.

A iniciativa reveste-se, sem dúvida, de especial significação. É que se inicia, por esse modo, o lançamento periódico de uma série de publicações que, destinadas às comunas brasileiras, atendem a compromissos estabelecidos nos Convênios Nacionais de Estatística Municipal.

O plano em causa abrangerá, em princípio, um conjunto de 1 669 Sinopses,¹ organizadas de maneira sistemática, a fim de facilitar a comparabilidade dos respectivos números. É um trabalho de vulto que deve ser visto como a síntese do esforço empreendido por todos os órgãos componentes do Sistema Estatístico Nacional, com objetivos comuns. Oferecendo a cada Município a sua Sinopse Estatística, o I.B.G.E. visa a contribuir para o esclarecimento das realidades locais e a colocar essas realidades sob os olhos de quantos se interessam pelos problemas peculiares da vida nacional.

Empreendimento de largas proporções, ressentido-se, nesta primeira experiência, de lacunas inevitáveis e facilmente compreensíveis, dadas as condições especiais sob as quais se processa o trabalho do desdobramento e apresentação de dados por Município. Por isso mesmo, a Secretaria Geral do I.B.G.E. receberia com vivo regozijo quaisquer sugestões sobre a presente Sinopse, bem como críticas e informações suplementares, à vista das quais será possível o enriquecimento do elenco numérico ora apresentado.

De acôrdo com o plano geral estabelecido, cada Sinopse Municipal é dividida em três partes.

A primeira, de extensão variável, reúne dados e aspectos históricos e geográficos do Município. Constitui uma tentativa no sentido de agrupar, com adequada sistematização, elementos até hoje esparsos em diferentes documentos, publicações, monografias, artigos de jornal, etc. Em relação a alguns Municípios, ocorrem, na compilação executada, divergências de opinião entre os autores consultados. Sempre que isso se verificou, foi adotado o critério do registro das várias versões, deixando-se para exame posterior o necessário esclarecimento da matéria. Nesse particular, será acolhida com o maior interêsse, por parte do I.B.G.E., toda e qualquer cooperação, especialmente a dos historiadores

¹ Conforme a Divisão Territorial vigente em 1945.

VIII

e geógrafos, a fim de que possamos apresentar de futuro, sem receio de controvérsia, o esboço histórico e o panorama geográfico de cada Município brasileiro.

A segunda parte apresenta resultados estatísticos referentes a vários assuntos, todos correspondentes a 1945, em comparação percentual com os do total da respectiva Unidade da Federação.

A terceira e última parte, finalmente, reproduz, para os Municípios existentes em 1940, resultados inéditos dos censos demográfico e agrícola, realizados em 1.º de setembro daquele ano, com várias discriminações que bem caracterizam cada assunto.

Das Sinopses dos Municípios das Capitais consta uma outra parte, especial, em que figuram dados periodicamente divulgados no "Boletim Estatístico" editado pelo I.B.G.E., sob o título "Estatísticas dos Municípios das Capitais". Os elementos nelas apresentados abrangem o triênio 1944-1946.

Entregando ao público as Sinopses Estatísticas Municipais, o I.B.G.E. acredita estar iniciando uma fase de atividades destinada a prestar ao país, em geral, e aos municípios em particular, um serviço de apreciável alcance cultural, dentro da esfera de suas atribuições.

CONVENÇÕES

%	Os números percentuais que figuram neste volume se referem à relação existente entre os resultados do Município e os do Estado.
...	O dado é desconhecido, não implicando, porém, a afirmativa de que o fenômeno existe.
—	O fenômeno não existe.
0 — 0,0 — 0,00	O fenômeno existe, sendo sua expressão, porém, tão pequena que não atinge a unidade adotada no quadro.

I Parte

Aspectos Históricos e Geográficos

ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS

EVOLUÇÃO SOCIAL

As primeiras notícias referentes às terras do atual Município de Petrópolis, cuja área está calculada em 1 065 km² (qüinqüênio 1944-1948), datam de princípios do século XVIII, época em que foi aberto e entregue ao tráfego o “caminho novo”, estrada que ligava o Rio de Janeiro às “Minas Gerais”. Esse caminho foi, na sua maior parte, aberto pelo bandeirante Garcia Rodrigues Paes Leme, filho do legendário “Caçador de Esmeraldas”, tendo sido concluído, em 1725, pelo sargento-mor Bernardo Soares Proença, com outros sesmeiros, e ao qual, por Carta Régia de 11 de novembro de 1721, tinham sido doadas as terras que hoje constituem a zona urbana da cidade de Petrópolis.

Em 1830, decorridos oito anos desde o advento da Independência do Brasil, achando-se enferma D. Paula, princesa imperial, resolveu D. Pedro I, a conselho de amigos, levá-la para a Fazenda dos Corrêas, situada onde hoje se encontra a localidade de Corrêas. A beleza e a salubridade da região a tal ponto influíram no ânimo do monarca, que o induziram a adquirir uma estância de repouso no alto da serra da Estrêla. Foi assim que, em 6 de fevereiro de 1830, foi ordenada a aquisição da “Fazenda do Córrego Sêco”, primitivamente pertencente a Manuel Vieira Afonso e nessa data vendida pelo sargento-mor José Vieira Afonso à Fazenda Imperial, pelo preço de 50.000 cruzados. Após a abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, e em virtude de seu falecimento, ocorrido em 1834, foi a “Fazenda do Córrego Sêco” incluída no inventário, cabendo sua posse ao jovem D. Pedro II.

Por essa época, Júlio Frederico Koeler, natural de Mogúncia, que viera para o Brasil em 1828, sendo incorporado à arma de Engenharia do Exército Imperial, estava encarregado da abertura da “estrada da Serra da Estrêla”. Nêsse tempo já se cuidava do estabelecimento de colônias no território que veio a ser mais tarde a Província do Rio de Janeiro, o que deu ensejo a que o Major Koeler, em colaboração com o mordomo da Imperial Casa, Paulo Barbosa da Silva, estudasse um plano de arrendamento e colonização da Fazenda do “Córrego Sêco”, o qual, apresentado a S.M. o Imperador, foi aprovado, motivando o Decreto de 16 de março, de 1843. Para muitos autores, essa data é considerada como a da fundação da cidade de Petrópolis. Em virtude da oficialização do referido plano ficou o major Koeler obrigado a pagar, anualmente, em troca do arrendamento das terras da Fazenda, a quantia de um conto de réis, além de se comprometer a edificar nelas um palácio para o Imperador. Outras cláusulas do contrato exigiam que o arrendatário reservasse terras para a criação de uma povoação, bem como estipulavam, ainda, a condição de que se demarcasse um terreno, onde se edificasse uma igreja sob a invocação de São Pedro de Alcântara, cuja construção seria financiada pelo Imperador.

Na época da assinatura desse Decreto, João Caldas Viana, que governava a Província do Rio de Janeiro, na qualidade de vice-presidente em exercício, fêz chegar a ela alguns colonos alemães, tendo muitos deles sido empregados em obras públicas, como, por exemplo, na abertura da estrada da Serra da Estrêla. Nessa ocasião, assentou êle entendimentos entre o seu Govêrno e a Mordomia da Casa Imperial, para utilização das terras reservadas à Coroa, na Fazenda do "Córrego Sêco", nas quais pretendeu lançar os fundamentos de uma colonização promissora, utilizando o elemento alienígena. Pelas providências que tomou nesse sentido, cujo único intuito era fazer prosperar as terras de Petrópolis, é o Dr. Caldas Viana considerado, por muitos autores, como o verdadeiro fundador daquela cidade. Essa opinião é reforçada pelo fato de, em 8 de julho de 1843, ter êle baixado uma portaria ordenando ao Departamento de Obras Públicas que fizesse fabricar, para serem colocados em locais predeterminados, na antiga "Córrego Sêco", "dois cruzeiros de madeira de lei". Em um deles se inscreveu "Cruz de São Pedro de Alcântara de Petrópolis", e em outro, "Cruz da capela dos Finados de Petrópolis". Além desses dois marcos, ordenou êle, ainda, a elevação de um poste, no alto do qual se lia em grandes letras a palavra: Petrópolis — para indicar a futura povoação que aí se formaria sob os auspícios de D. Pedro II.

Em 27 de março de 1844, Caldas Viana, a instâncias do Major Koeler, deu a Petrópolis as prerrogativas de distrito de paz. A Deliberação dessa data fixava ainda para o novo distrito os seguintes limites: "Correrá a linha das divisões pelo cume da Serra Geral dos Orgãos ou da Estrella, desde o March, nas cabeceiras do rio Paquequer Pequeno, até as do Piabanha; e por este abaixo até encontrar com a rocha que na margem delle fórma ramal da serra da Manga Larga, vulgarmente dita — Alto do Pegado — e topar com o morro Taquaril; pelo cume da serra deste nome até ir ter ao territorio do ribeirão de Santa Rita que verte no Paquequer Pequeno, compreendendo-se, na subdelegacia, toda a bacia deste rio e do ribeirão, desde a sua barra para cima até a Serra Geral."

Apesar dos esforços do Governador da Província para atrair outras levas de colonos alemães para Petrópolis, fracassaram tôdas as suas iniciativas nesse sentido, em virtude da inidoneidade dos intermediários escolhidos para tratar do assunto na Europa. Com a queda do Partido Conservador, Caldas Viana, a êle filiado, deixou a presidência da Província, sucedendo-lhe na governança, o fidalgo da Casa Imperial, Desembargador, Senador e Conselheiro, Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, do Partido Liberal. Seguindo as mesmas diretrizes de seu antecessor, no que se refere à colonização de Petrópolis, o novo Presidente da Província consolidou definitivamente o povoamento dessa localidade, dirigindo para lá centenas de famílias alemãs trazidas da Europa, por intermédio da firma Delrue, de Dunquerque.

Os primeiros colonos que foram povoar a futura Petrópolis chegaram ao Rio de Janeiro no dia 9 de junho de 1845, no Govêrno provincial de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho; mas foi João Caldas Viana quem iniciou a transação com Charles Delrue, negociante, armador e vice-cônsul do Brasil em Dunquerque, para o transporte de colonos.

Assim, aproveitando as facilidades concedidas por D. Pedro II, chegaram ao "Córrego Sêco da Serra Acima", denominação primitiva do Alto da Serra,

os primeiros grupos de colonos alemães, em 29 de junho de 1845. É por êsse motivo que alguns historiadores consideram esta data como a da fundação de Petrópolis, em oposição a 1843.

Com a elevação do arraial de Pôrto da Estrêla à categoria de vila, com a denominação de Vila da Estrêla, Petrópolis, que era simples curato até 1846, passou a fazer parte da mesma, recebendo o predicamento de freguesia, sob a invocação de "São Pedro de Alcântara de Petrópolis", pela Lei n.º 397, de 20 de maio dêsse ano, sendo suas terras desmembradas da vila de Paraíba do Sul.

A fertilidade dessas terras, a excelência do clima, os desvelos do monarca por elas e, ainda, o espírito altamente empreendedor dos colonos que as habitavam, motivaram o rápido desenvolvimento da novel freguesia. As colinas e os vales cobriram-se rapidamente das mais variadas lavouras, enquanto a mata cedia lugar às construções residenciais. Em 1856, Petrópolis já podia orgulhar-se de possuir mais de seis mil habitantes para mais de mil prédios e um comércio adiantado, constituído de 63 casas de negócio. Paralelamente ao desenvolvimento econômico e social de Petrópolis, florescia na mente de seus moradores a idéia de libertação do pesado jugo fiscal e político a êles imposto pelas autoridades da Vila da Estrêla. A tal ponto atingiu essa opressão, que os petropolitanos chegaram a cognominar a vila, a cuja jurisdição estavam sujeitos, de "a pior das madrastras".

O movimento de emancipação começou a tomar vulto em 1856, quando o deputado Coronel Amaro Emílio da Veiga se tornou ardoroso defensor das aspirações do povo de Petrópolis na Assembléia Provincial. Após vencer cerra-díssima campanha e inúmeras dificuldades de ordem política e administrativa, conseguiu êsse deputado ver coroados seus esforços, com a criação do Município de Petrópolis e a elevação da localidade de mesmo nome à categoria de cidade, pela Lei n.º 961, de 29 de setembro de 1857.

A fundação de Petrópolis teve, assim, a participação de várias personalidades, nomeadamente:

1. D. Pedro II (proprietário da Fazenda do Córrego Sêco);
2. Júlio Frederico Koeler (então Major, depois Superintendente da Fazenda Petrópolis, ex-Córrego Sêco, e Oficial da Casa Imperial);
3. Conselheiro Paulo Barbosa da Silva (Mordomo da Casa Imperial e Coronel do Imperial Corpo de Engenheiros, em 1843, ao tempo da fundação de Petrópolis);
4. João Caldas Viana (Presidente da Província, que facilitou os empreendimentos de Koeler e entabou-lou as transações para a vinda dos colonos);
5. Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, depois Visconde de Sepetiba (sucessor de Caldas Viana na Presidência da Província e continuador das diretrizes de seu antecessor em relação à colonização de Petrópolis).

A rápida evolução progressista que sempre caracterizou Petrópolis, desde a sua fundação, jamais esmoreceu.

Durante nove anos, de 1894 a 1902, foi esta cidade capital do Estado do Rio de Janeiro.

Entre os fatos mais importantes da história da cidade destaca-se a assinatura do "Tratado de Petrópolis", ocorrido no dia 17 de novembro de 1903, pelo qual o território do Acre foi oficialmente anexado ao Brasil.

Atualmente, Petrópolis é um dos maiores centros de turismo do Brasil, quicá da América do Sul.

O alto nível cultural e econômico de Petrópolis evidencia-se pela existência de numerosas associações culturais e pelo grande vulto de suas empresas industriais e comerciais.

EVOLUÇÃO POLÍTICA

Formação Administrativa: — A freguesia de Petrópolis foi criada por força da Lei provincial n.º 397, de 20 de maio de 1846, recebendo a denominação de São Pedro de Alcântara de Petrópolis.

A Lei n.º 961, de 29 de setembro de 1857, elevou a povoação de Petrópolis à categoria de cidade e criou o Município de Petrópolis. A sua instalação se verificou a 27 de junho de 1859.

Referem-se à criação do distrito de Petrópolis os Decretos estaduais ns. 1 e 1-A, respectivamente, de 8 de maio e 3 de junho do ano de 1892.

Em virtude da Lei estadual n.º 50, de 30 de janeiro de 1894, a Capital do Estado foi trasladada para Petrópolis, verificando-se a sua instalação em 20 de fevereiro deste mesmo ano. A Lei estadual n.º 89, de 1.º de outubro de 1894, declarou Petrópolis Capital do Estado do Rio de Janeiro.

Por efeito da Lei estadual n.º 542, de 4 de agosto de 1902, perdeu Petrópolis a categoria de Capital do Estado.

Em 1911, o Município de Petrópolis se compunha de 5 distritos: Petrópolis, Cascatinha, Itaipava, Pedro do Rio e São José do Rio Preto, e assim permanecia nas divisões administrativa de 1933, e territoriais de 31-XII-1936 e 31-XII-1937.

De acôrdo com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 392-A, de 31 de março de 1938, o Município de Petrópolis se constitui dos seguintes distritos: Petrópolis, Cascatinha, Itaipava, Pedro do Rio e São José (ex-São José do Rio Preto).

O quadro territorial para vigorar no quinquênio 1939-1943, fixado pelo Decreto estadual n.º 641, de 15 de dezembro de 1938, apresenta o Município de Petrópolis constituído de 5 distritos: Petrópolis, com 2 zonas: 1.ª e 2.ª; Cascatinha, Itaipava, Pedro do Rio e São José.

Na divisão territorial fixada pelo Decreto-lei estadual n.º 1056, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar durante o quinquênio 1944-1948, o Município de Petrópolis figura com 5 distritos: Petrópolis, Cascatinha, Itaipava, Paranaúna (ex-São José) e Pedro do Rio.

Formação Judiciária: — A comarca de Petrópolis foi criada por força do Decreto n.º 1637, de 30 de novembro de 1871, tendo como seus componentes os termos de Petrópolis e Paraíba do Sul.

O Decreto n.º 2125, de 29 de novembro de 1875, incorporou à comarca de Petrópolis o termo de Estrêla, desmembrando-o da comarca de Magé.

Segundo as divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 392-A, de 31 de março de 1938, a comarca de Petrópolis é formada pelo termo único de Petrópolis, assim permanecendo nos quadros territoriais para terem vigor nos quinquênios

1939-1943 e 1944-1948, fixados, respectivamente, pelo Decreto estadual n.º 641, de 15 de dezembro de 1938 e Decreto-lei estadual n.º 1 056, de 31 de dezembro de 1943.

DISTRITOS COMPONENTES

- | | | |
|---------------|-------------|-------------------------------|
| 1. Petrópolis | 3. Itaipava | 4. Paranaúna
(ex-São José) |
| 2. Cascatinha | | 5. Pedro do Rio |

DESCRIÇÃO DO TERRITÓRIO

No Município de Petrópolis, cujo solo é sobremodo acidentado, encontram-se, como principais acidentes orográficos, as serras dos Órgãos e da Estrêla. A dos Órgãos é assim chamada em virtude dos pontos agudos que apresenta, os quais, vistos de longe, fazem lembrar os tubos de um órgão gigantesco. A da Estrêla deve a sua denominação ao fato de avistarem, à noite, os viajores que do interior buscam o litoral, a luz suave da estrêla Vésper sôbre a sua cumeada. Entre outras elevações podemos ainda citar as serras de Taquaril, Tubatão, Araras, Capim, Couto e o pico de Maria Comprida, êste apresentando um cume original que o caracteriza. Entre os morros existentes no território petropolitano, destacam-se os de Cambota, Cedro, Cantagalo, Tapera, Bandeira, Glória, Bela Vista, Pedra do Retiro, Seio de Vênus, Alcobaça, Cabeça de Negro ou Frade, Cortiço, Cobiçado, Pereira, Castelito, Cone, Pavão, Pinheiro, Palmital, Carneiro, Jacuba, Boa Vista, Papagaio e Taquaruçu. Nas divisas de Petrópolis com Teresópolis, acha-se localizada a Pedra do Açu, com 2 232 m de altitude, pedra essa que representa o ponto culminante da Serra do Mar, seguindo-se-lhe em importância o Pico da Isabeloca, com 2 200 m de altitude.

O revestimento florístico de Petrópolis é caracterizado pela exuberância de suas matas, situadas nas serras, e pela luxuriante vegetação encontrada em suas várzeas.

O clima é reputado como excelente. Nas épocas de maior calor, a temperatura ainda é agradável na quase totalidade de seu território; na época do frio, êste se apresenta suportável, apesar da umidade que geralmente o acompanha. As chuvas caem abundante e freqüentemente, sobretudo no período compreendido entre os meses de novembro e abril.

Quanto à parte hidrográfica, numerosos são os cursos fluviais que sulcam as terras do Município, destacando-se o rio Piabanha, cujas nascentes ficam próximas da Pedra do Retiro e se lança no rio Paraíba do Sul, no Município de Três Rios, depois de percorrer a extensão de 48 quilômetros dentro do Município de Petrópolis, 12 dos quais na cidade. Citam-se, também, o Quitandinha, que nasce no local de mesmo nome e lança-se no Piabanha, à altura do Palácio de Cristal, depois de um percurso de 7 600 metros; o Palatino ou Palatino, que nasce no bairro do Morim e deságua no Quitandinha (do qual é o principal afluente), depois de um percurso de 4 600 metros; e ainda os cursos d'água denominados Major Acher, Moss, São Paulo, Siméria, Cortiço, Saturnino, Vera, Aureliano, Bonine, Grota Funda, Lomonossoff, Quissamã, Itamarati, Cascata, São Rafael, Paulo Barbosa, Alpoim, De Lamare, Ave Lallement e Meyer, todos situados nas zonas urbana e suburbana da cidade; rio da

Cidade, limite do distrito de Petrópolis com o distrito de Cascatinha e afluente do rio Araras, o qual, por sua vez, deságua no rio Piabanha; Mata Porcos, afluente do rio Morto, que por sua vez deságua no Piabanha, no distrito de Cascatinha e forma, em Corrêas, o Poço do Imperador; Mandimbo, Tapera e Cuiabá, afluentes do Santo Antônio e Manga Larga e Magé, afluentes do Piabanha, localizados no distrito de Itaipava; rio Jacuba, divisa do distrito de Pedro do Rio com o de Paranaúna, e Prata, afluentes do Piabanha; Secretário, afluente do Fagundes, o qual serve de limite com Paraíba do Sul, no distrito de Pedro do Rio; rio Prêto e seus afluentes — Cumbacas, Bonito, Santana, Sujo e Volta Grande, Capim, limite com o Município de Teresópolis — Águas Frias, afluente do Calçado, que separa o Município do de Sapucaia, todos localizados no distrito de Paranaúna.

As quedas d'água existentes em Petrópolis são, na quase totalidade, aproveitadas. Entre outras, podem ser citadas: a cachoeira do Itamarati, formada pelo rio de mesmo nome, com uma queda de 58 metros de altura, tendo a descarga utilizada atingido a média anual de 0,72 m³/s; a cachoeira de Caxambu, ainda no rio Itamarati, cuja queda aproveitada é de 62 metros de altura, tendo a descarga utilizada dado a média de 0,3 m³/s; a cachoeira do rio Prêto, com uma queda de 4,70 metros de altura; queda d'água do Piabanha, com 50 metros de altura, aproveitada, tendo sua descarga utilizada dado a média anual de 21,9 m³/s; e a do Fagundes, tendo dado uma descarga de 4,3 m³/s, média anual (Dados da Companhia Brasileira de Energia Elétrica).

Entre outras variedade vegetais, existentes nas exuberantes matas de Petrópolis, podem ser destacadas diversas espécies de madeiras de lei, como sejam: pau-brasil, amarelo e vermelho, tapinhoã, ipê, massaranduba, jacarandá-rosa, braúna-preta, cedro, angelim, canela-preta, pau-mulato e pau-ferro.

A exemplo de sua flora, a fauna terrestre de Petrópolis também é rica, observando-se a existência, em suas matas, de animais diversos, entre os quais podem ser citados: antas, jaguatiricas, macacos, preguiças, porcos-do-mato, pacas, capivaras e quatis. Nos rios do Município encontram-se algumas variedades de peixe, entre os quais surgem, com mais frequência, acarás, traíras, bagres, prepitingas e lambaris.

BIBLIOGRAFIA

- 1) "Corografia do Município de Petrópolis", Paulo Monte — Tip. Ipiranga — Petrópolis — 1925.
- 2) "Legislação sôbre os Municípios, Comarcas e Distritos", Desiderio Luiz de Oliveira Junior — Tip. do Jornal do Comércio, de Rodrigues & Cia., Rio de Janeiro — D.F. — 1926.
- 3) "Petrópolis e seu Centenário", Dr. A. de Paula Buarque — 1943.
- 4) "Divisão Administrativa da República dos Estados Unidos do Brasil em 1911" — Diretoria do Serviço de Estatística (Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio) — 1913.
- 5) "Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio" — n.º 19 — março de 1936.
- 6) "Sinopse Estatística do Estado n.º 2 (Estado do Rio de Janeiro) — Niterói (Separata, com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil — Ano III — 1937)" — 1938.
- 7) "Sinopse Estatística do Estado n.º 3 (Estado do Rio de Janeiro) — Niterói (Separata, com acréscimos, do Anuário Estatístico do Brasil — Ano IV — 1938)" — 1939.
- 8) "Divisão Territorial dos Estados Unidos do Brasil (1939-1943)" — Serviço Gráfico do I.B.G.E. — 1942.
- 9) Documentação Municipal do I.B.G.E.

II Parte
Alguns Resultados Estatísticos
1945

ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	Município	Estado	%
PRODUÇÃO (1)			
PRODUÇÃO AGRÍCOLA			
Culturas temporárias			
Área cultivada (ha).....	1 790	279 769	0,64
Valor da produção (Cr\$).....	(2) 2 442 092	428 941 389	0,57
Culturas permanentes			
Área cultivada (ha).....	978	91 850	1,06
Valor da produção (Cr\$).....	(3) 2 162 685	218 247 934	0,99
PRODUÇÃO DE CARNE			
Número de cabeças abatidas			
Bovinos.....	15 341	265 900	5,77
Suínos.....	2 971	121 938	2,44
Ovinos.....	32	4 754	0,67
Caprinos.....	356	12 864	2,77
Quantidade de carne produzida (kg)			
Bovinos.....	2 575 261	39 943 387	6,45
Suínos.....	96 065	2 830 490	3,39
Ovinos.....	466	72 069	0,65
Caprinos.....	3 656	128 969	2,83
Valor de carne produzida (Cr\$)			
Bovinos.....	11 223 837	168 150 679	6,67
Suínos.....	711 069	18 866 377	3,77
Ovinos.....	2 558	323 358	0,79
Caprinos.....	24 759	621 730	3,98
TRANSPORTES			
TRANSPORTE RODOVIÁRIO			
Veículos a motor.....	1 539	10 033	15,33
Veículos a força animada.....	2 991	25 383	11,79
TRANSPORTE FERROVIÁRIO (4)			
Estações.....	10	317	3,15
Paradas.....	8	174	4,61
Postos telegráficos.....	1	28	3,57
Estribos.....	—	24	—

(1) Consideradas somente as produções apuradas pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura. —

(2) Principalmente: Batata doce (Cr\$ 884 000); Feijão (Cr\$ 616 572); Milho (Cr\$ 530 300); Batata inglesa (Cr\$ 176 220). — (3) Principalmente: Banana (Cr\$ 867 685); Café beneficiado (Cr\$ 585 000), Uva (Cr\$ 580 000). — (4) Servido pela Estrada de Ferro Leopoldina Railway.

ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	Município	Estado	%
AGÊNCIAS DO DEPARTAMENTO DOS CORREIOS E TELÉGRAFOS			
Agências postais.....	12	300	4,00
Agências postais-telegráficas.....	3	55	5,45
Outras agências.....	—	36	—
MELHORAMENTOS URBANOS DAS SEDES MUNICIPAIS (1)			
Logradouros públicos.....	247	2 813	8,78
Dos quais, iluminados a eletricidade.....	210	1 900	11,05
Iluminação domiciliária a eletricidade (ligações domiciliares).....	10 474	79 408	13,19
Abastecimento d'água (prédios abastecidos).....	5 250	61 338	8,56
Esgotos sanitários (prédios esgotados).....	—	35 078	—
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA (2)			
Hospitais, casas de saúde, etc.			
Estabelecimentos.....	19	156	12,19
Leitos.....	888	5 794	15,32
Centros, postos de saúde, etc. (estabelecimentos).....	2	145	1,38
ENSINO PRIMÁRIO FUNDAMENTAL COMUM			
Unidades escolares.....	71	1 635	4,34
Corpo docente.....	190	3 851	4,93
Matrícula geral.....	7 257	162 267	4,47
Matrícula efetiva.....	6 362	138 560	1,59
Frequência.....	4 558	100 700	4,53
Aprovações em geral.....	2 851	41 330	5,55
Conclusões de curso.....	526	6 730	7,82
BIBLIOTECAS, PERIÓDICOS E DIVERSÕES (1)			
Bibliotecas públicas e semipúblicas.....	2	82	2,44
Jornais e outros periódicos.....	16	90	17,80
Cinemas, teatros e cine-teatros.....	9	114	7,88

(1) Dados sujeitos a retificação. — (2) O quadro registra dados provisórios relativos a estabelecimentos civis e militares.

ALGUNS RESULTADOS ESTATÍSTICOS — 1945

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	Município	Estado	%
REPRESENTAÇÕES DOS ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO (1)			
Banco do Brasil.....	1	25	4,00
Caixa Econômica Federal.....	1	14	7,14
Caixa Econômica Estadual.....	—	—	—
FINANÇAS MUNICIPAIS (Cr\$)			
RECEITA ORÇADA PARA 1945			
ORDINÁRIA, TOTAL.....	9 727 000	70 806 088	13,75
Tributária, total.....	8 432 000	60 343 945	13,97
Total.....	7 003 000	45 780 670	15,30
Impostos {			
Predial.....	4 014 000	20 034 265	20,06
Indústrias e profissões.....	600 000	6 649 765	9,03
Outros.....	2 389 000	19 096 640	12,51
Taxas.....	1 429 000	14 563 275	9,81
Patrimonial.....	39 000	1 595 886	2,44
Industrial.....	988 000	5 800 307	17,04
Receitas diversas.....	268 000	3 065 950	8,74
EXTRAORDINÁRIA.....	1 293 000	19 408 612	6,66
TOTAL DA RECEITA.....	11 020 000	90 214 700	12,22
DESPESA FIXADA PARA 1945			
Administração geral.....	558 120	7 006 490	7,98
Exação e fiscalização financeira.....	657 880	10 018 536	6,57
Segurança pública e assistência social.....	701 420	6 035 972	11,68
Educação pública.....	855 980	6 120 432	13,98
Saúde pública.....	659 510	8 634 064	7,64
Fomento.....	70 030	578 877	12,11
Serviços industriais.....	220 400	2 259 426	9,76
Dívida pública.....	1 535 607	13 117 174	11,71
Serviços de utilidade pública.....	4 996 282	30 447 554	16,42
Encargos diversos.....	764 771	5 996 175	12,75
TOTAL DA DESPESA.....	11 020 000	90 214 700	12,22

FONTES — Sistema Regional e Órgãos Federais de Estatística.

(1) Os dados referem-se apenas às representações do Banco do Brasil e das Caixas Econômicas Federais e Estaduais. As demais instituições bancárias não foram motivo de inquérito para esta Sinopse.

III Parte
Principais Resultados Censitários
I-IX-1940

PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — I-IX-1940

A população da sede municipal representava 54,62% da população total do Município. A densidade demográfica do Município foi calculada em 76,19 habitantes por km².

I — CENSO DEMOGRÁFICO

1. População por distritos

DIVISÃO DISTRITAL	POPULAÇÃO DE FATO		
	TOTAL	Segundo a localização	
		Urbana e suburbana	Rural
1. Petrópolis.....	50 735	46 361	4 374
2. Cascatinha.....	11 939	6 166	5 773
3. Itaipava.....	4 663	1 102	3 561
4. Pedro do Rio.....	8 081	703	7 378
5. São José.....	9 457	674	8 783

2. Principais características da população

CARACTERES E PRINCIPAIS MODALIDADES	POPULAÇÃO DE FATO		
	Município	Estado	%
TOTAL	84 875	1 847 857	4,59
Localização			
Urbana e suburbana.....	55 006	693 201	7,93
Rural.....	29 869	1 154 656	2,59
Sexo			
Homens.....	42 664	933 439	4,57
Mulheres.....	42 211	914 418	4,62
Idade			
De 0 a 6 anos.....	15 736	394 555	3,99
De 7 a 14 anos.....	16 540	401 155	4,12
De 15 a 19 anos.....	9 264	195 413	4,74
De 20 a 59 anos.....	39 436	778 475	5,07
De 60 e mais anos.....	3 796	76 629	4,95
De idade ignorada.....	103	1 630	6,32
Estado conjugal			
Solteiros.....	52 916	1 267 412	4,18
Casados.....	27 354	487 516	5,61
Separados, desquitados, divorciados.....	256	2 505	10,21
Viúvos.....	4 210	89 002	4,73
De estado conjugal não declarado.....	139	1 422	9,78

PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — I-IX-1940

I — CENSO DEMOGRÁFICO

2. Principais características da população

CARACTERES E PRINCIPAIS MODALIDADES	POPULAÇÃO DE FATO		
	Município	Estado	%
Nacionalidade			
Brasileiros natos.....	81 177	1 808 885	4,49
Brasileiros naturalizados.....	265	4 010	6,61
Estrangeiros.....	3 409	34 724	9,82
De nacionalidade não declarada.....	24	238	10,08
Instrução (1)			
Sabem ler e escrever.....	42 367	662 958	6,39
Não sabem ler nem escrever.....	30 243	885 969	3,41
De instrução não declarada.....	832	11 206	7,43
Religião			
Católicos romanos.....	75 689	1 712 733	4,42
De outras religiões.....	8 609	121 158	7,11
Sem religião.....	248	5 364	4,62
De religião não declarada.....	329	8 602	3,82
Atividades principais (2)			
Agricultura, pecuária, silvicultura.....	6 717	342 398	1,96
Indústrias extrativas.....	297	12 796	2,32
Indústrias de transformação.....	10 312	87 620	11,77
Comércio de mercadorias.....	2 648	36 683	7,22
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização.....	211	2 196	9,61
Transportes e comunicações.....	1 622	34 171	4,75
Administração pública, justiça, ensino público..	1 437	18 919	7,60
Defesa nacional, segurança pública.....	665	8 837	7,52
Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada.....	797	5 506	14,47
Serviços, atividades sociais.....	3 490	42 889	8,14
Atividades domésticas, atividades escolares.....	27 713	560 881	4,94
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas.....	7 236	145 226	4,98

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

(1) População de 5 anos e mais. — (2) População de 10 anos e mais.

PRINCIPAIS RESULTADOS CENSITÁRIOS — I-IX-1940

II — CENSO AGRÍCOLA

ESPECIFICAÇÃO	RESULTADOS		
	Município	Estado	%
Estabelecimentos recenseados			
Número.....	941	48 389	1,95
Área (ha)			
Total	72 293	3 316 043	2,18
Cultivada.....	11 626	717 753	1,62
Em matas.....	11 624	645 883	1,80
Em pastagens.....	27 726	1 223 825	2,27
Outras (1).....	21 317	728 582	2,93
Valor total (Cr\$ 1 000) (2).....	37 654	1 268 128	2,97
Pessoal ocupado (permanente).....	10 385	454 218	2,29
Valor da produção em 1939 (Cr\$ 1 000)			
Total	2 058	234 772	0,88
Agrícola.....	1 290	162 284	0,79
Extrativa.....	95	12 733	0,75
Animal e produtos animais.....	673	59 755	1,13
Gado recenseado (cabeças)			
Bovino.....	9 348	721' 515	1,30
Eqüino.....	1 806	89 191	2,02
Asinino e muar.....	632	32 830	1,93
Suíno.....	3 205	324 057	0,99
Ovino.....	456	16 188	2,82
Caprino.....	313	44 790	0,70
Aves.....	18 694	2 463 423	0,76

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

(1) Referem-se a terras improdutivas e a terras inaproveitadas. — (2) Inclusive benfeitorias.